MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNSPDS

ATA DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
22 DE OUTUBRO DE 2018

No dia 22 de outubro de 2018 às 10:23, na Sala de Retratos do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, bloco T, teve início a segunda reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSPDS), cuja pauta abrangeu a votação da ata anterior, votação do regimento interno, explicação do processo eleitoral e discussão do plano nacional. O evento contou com a presença das seguintes autoridades: Raul Belens Jungmann Pinto (Ministro de Estado da Segurança Pública); Luís Carlos Cazetta (Secretário-Executivo do Ministério de Segurança Pública), Rogério Galloro (Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal), Renato Antônio Borges Dias (Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro (Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional), João Tadeu Fiorentini (Secretário Nacional de Segurança Pública), João Luiz Pinto Coelho Martins de Oliveira (Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas), José Eduardo Pereira (Representante do Ministério da Defesa), Miguel Ragone de Mattos (representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), Miquerlam Chaves Cavalcante (representante do Ministério dos Direitos Humanos), Dilton José Schuck (representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), Emerson Wendt (representante das polícias civis), Marcelo Augusto Koboldt (representante das polícias militares), Francisco Luiz Telles de Macedo (representante dos corpos de bombeiros militares), Maurício Teles Barbosa (representante das secretarias de segurança pública ou de órgãos congêneres), Sandra Maria dos Santos (representante da polícia científica), Carlos Alexandre Braga (representante das guardas municipais), Arnaldo Hossepian (representante do Poder Judiciário), Marcus Edson de Lima (representante da Defensoria Pública), Leandro Antonio Soares Lima (representante dos agentes penitenciários), Luiz Flávio Filizzola D'Urso (representante da Ordem dos Advogados do Brasil), Fabiano Dallazen (representante do Ministério Público) e Maria Tereza Uille Gomes (representante do Poder Judiciário). Representantes de entidades de sociedade civil e de segurança pública, a saber: Orlando Cesar Vieira Lima, Ewerton da Silva Carvalho, Rodolfo Queiroz Laterza e Elias Miler da Silva. Igualmente, compareceram alguns representantes com notórios conhecimentos na área de políticas de segurança pública e defesa social e com reputação ilibada, a saber: Rafael Dornelles Feler, André Ribeiro Giamberardino, Renato Sérgio de Lima, Melina Risso, Cláudio Beato e André Vicente de Sanches.

Raul Jungmann congratula todos, e da início às 10:23 a 2ª reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, comentou alguns feitos que merecem ser levados ao conhecimento dos conselheiros, como exemplo a aprovação da estrutura do Ministério da Segurança Pública, e a inauguração da 5ª Penitenciária Federal, penitenciária de Brasília, e fez um convite para a votação de um PLN, para os conselheiros, que trará recursos adicionais para o Ministério, e uma outra convocação aos que puderem promover a busca do apoio a medida provisória 846, que trata dos recursos da loteria esportiva gerenciados pela caixa econômica federal, disse que estão em tratativa com a ONUPS, agência da ONU que cuida de produtos e serviços para a possibilidade da construção

de unidades prisionais. Uma outra questão levantada é a possibilidade, fruto de acordo com o CNJ e o Supremo e CNMP e PGR e o TSE, de se realizar a biometria de toda população carcerária do Brasil. Disse que estão trabalhando para a digitalização de toda a execução na área criminal permitindo um acompanhamento, uma rapidez e segurança que não temos, e que já estão fechando os planos de trabalho. Por fim, tratou sobre a ativação, melhoria e fortalecimento das Centrais de penas alternativas em todo o país. Passa a palavra para o senhor secretário executivo para que coloque em execução a pauta.

Luís Carlos Cazetta trata da aprovação da ata anterior e pede que os conselheiros vejam e façam observações. Pede para Emerson Wendt relatar a respeito do comitê eleitoral.

Emerson Wendt falou do comitê eleitoral e apresentou as entidades que foram aprovadas na votação, FENEME, ADEPOL, EDUCAFRO e Instituto Besouro, publicada na portaria 177.

Luís Carlos Cazetta de novo com a palavra trata do regimento interno e pergunta se existem observações a fazer.

Emerson Wendt fala de sugestão enviada para alteração de reuniões trimestrais e não semestrais.

Luís Carlos Cazetta fala que podemos realizar reuniões extraordinárias, mas que o art. 37 trata da semestralidade das reuniões, e que ou alteramos formalmente o decreto ou que como é um plano em construção que as medidas podem ser modificadas se houver avaliação do conselho de que é necessário mais encontro, disse que podem fazer, mas a alteração esbarra nessa previsão.

Emerson Wendt fala que o temor é que na mudança de governo se esvazie o conselho.

Luís Carlos Cazetta fala que ao final podem decidir quando será a próxima reunião e que podem discutir uma eventual mudança se essa for a vontade do conselho.

Ministro Raul Jungmann disse que entende a preocupação e que podemos discutir a quadrimestralidade se for de interesse dos conselheiros por maioria e pergunta se todos estão de acordo, sem nenhuma discordância se aprova a quadrimestralidade das reuniões

Luis Flavio D'urso com a palavra trata que não fica claro o representante da ordem dos advogados no regimento interno e sugere de se manter o texto legal no regimento, artigo 8º do regimento em conformidade com o artigo 21 da lei 13675, sugere reproduzir a lei na íntegra.

Luís Carlos Cazetta fala sobre a deliberação da eleição do secretário executivo do conselho.

Ministro Raul Jungmann trata da manutenção do Cazetta como secretário executivo por estar ele já tratando e lapidando todo esse processo, pergunta se todos estão de acordo e com todos de acordo, se mantém Cazetta como secretário executivo.

Francisco Telles de Macedo tem uma observação na antiga ata, diz que sua fala resta incompleta e que gostaria de registrar que na última reunião disse, além do que está disposto, que: "precisaríamos realizar a efetiva inclusão das instituições de bombeiros militares e que o conselho faria as sugestões tempestivamente"

Luís Carlos Cazetta diz que todos devem observar e tratar das insuficiências da ata, se for possível aprovamos a mesma nessa reunião com as devidas observações, caso contrário numa próxima reunião.

Sandra Maria dos Santos diz que na ata antiga onde se encontra como "Representante dos institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação", que gostaria que fosse substituído por "Representante das polícias científicas".

Cazetta trata do cuidado na construção do decreto, que o plano nacional fosse estruturado para que o próximo governo tivesse os meios de reavaliar as ações que tiverem de ser tomadas. Disse que quando o plano indica objetivos são avaliações que faz o ministro de estado e sua equipe de quais são os objetivos centrais de uma política de segurança pública, quando indica as prioridades ou programas prioritários 1 a 8 eles não indicam que a P1 está antes da P2 e que subordina as demais prioridades. Disse que temos dificuldades de dados indicadores, que não podemos construir segurança pública com achismo, porque os recursos têm que ser aplicados de forma ótima. Falou que a tarefa do conselho é entender o conceito, verificar se estão de acordo com o conceito, se as premissas estão adequadas e como avançar, pois, têm o dever de dar a sociedade uma resposta com o plano nacional.

Com a palavra Jose Pereira, diz que tem um desconforto da falta de oportunidade de ter apresentado uma proposta consistente na data sugerida tendo em vista a complexidade do assunto que envolve legislações com mais de 18 anos, disse que numa abordagem muito sumaria citou algumas legislações, entre elas o dec 3665/00, a lei 7565/86, o dec 51129/04, a lei complementar 97/99 , e disse que são legislações que trespassam o plano, que estão analisando mas ainda não têm um posicionamento sobre propostas e sugestões e por falta de um prazo apropriado têm este desconforto. Disse que os resultados que estão sendo obtidos no Rio de Janeiro merecem ser estudados em algum momento.

Luís Carlos Cazetta fez algumas considerações e disse que o senhor Jose Pereira tem toda razão, que é preciso refletir se, por exemplo, a referência que se faz na área de inteligência avança na competência do GSI, disse ser uma coisa que o conselho tem que refletir.

Renato Sergio de Lima coloca nas observações do Conselheiro do Corpo de bombeiros e do General, uma sugestão de encaminhamento de que estão sendo previstas no 5.6 e 5.7 as câmaras que terão como função normalizar toda a legislação, caberá as câmaras o processo de conservação de normas e procedimentos, se todos estiverem de acordo seria uma inclusão que não muda o plano, mas que deixa mais explícito para situações como a que eles levantaram.

Raul Jungmann concorda com a proposta de Renato, mas acha que ela deve ser reapresentada para o momento da aprovação, mas acha que está no caminho

Francisco Telles de Macedo concorda com a ideia até porque entendem que muitas vezes a aceitação ou não da inclusão é de apenas uma pessoa que recebe e coloca na pauta a sugestão ou não.

Abelardo Camilo reforça que passados 30 anos o Brasil não tinha sua lei de organização de segurança pública o que permitiu que chegássemos nesse estágio da segurança pública, fez algumas considerações e destacou a importância de se debater e aprovar esse plano o mais breve possível, disse que teremos que desencadear um sistema nacional em cada ente da federação, estruturando, apresentando seu plano e instaurando seu conselho para que se tenha uma outra realidade na segurança pública.

André Vicente gostaria de sugerir algumas contribuições e disse que as propostas foram encaminhadas no sentido de que se incluísse o ambiente rural como tema da política nacional de segurança pública e que parece que não está contemplado desta forma.

Leandro Lima disse que gostaria de se apresentar e se colocar à disposição.

Mauricio Telles diz da satisfação de estar aqui compondo o conselho. Fez algumas considerações e disse que tem algumas coisas que precisam ser devidamente esclarecidas, como o plano propriamente dito junto da MP 846, a respeito do percentual de recursos destinados aos estados. Acha que o plano deveria ser mais tático e menos conceitual, resumido, direcionado a cada um dos componentes, a impressão que fica é que está muito difícil a compreensão. Disse que trazer pessoas com experiencias notórias do saber na parte de alocação de recursos estatais preocupa. Faz uma sugestão de se criar uma comissão para discutir a segurança pública nacional. Sugeriu uma participação do judiciário e do MP na questão dos indicadores. Indagou como personificar a responsabilidade da não obtenção da meta de 3,5% dos que vão contribuir para execução efetiva desse plano. Disse que precisa de mais informação em alguns aspectos, como as câmaras técnicas de avaliação, indagou quais serão os critérios de avaliação. E tratou de um item em que acha que faltou uma avaliação precisa na melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, disse que colocaram a proposta de uma política diferenciada de habitação do profissional de segurança pública que muitas vezes sofre com a convivência cotidiana com a criminalidade em sua vizinhança. Uma ausência notada são os espaços de integração das sessões que serão realizadas, a exemplo do que está previsto no SUSP como centro de operações integradas, acha que isso precisa ficar um pouco mais explicitado.

Raul Jungmann queria fazer duas observações, com relação a MP 846, vão revisar esse critério e disse que na próxima semana vão abordar isso. Outra observação é no que diz respeito a metodologia, disse que queria fazer uma proposta em relação a aprovação do plano em termos metodológicos, disse que veio do Congresso Nacional e que lá se aprova da seguinte maneira, aprova-se o texto em globo, e em seguida se vai pro destaque de propostas, a ideia é de que num primeiro momento,

tenhamos a votação, ou consenso, desse texto com a observação da necessidade de complementação, com a necessidade que seja periodicamente revisto, e logo imediatamente essa aprovação em globo passa-se para as propostas em destaque, indo um a um e fazendo a discussão e aprovação pelo conselho. Pergunta se alguém tem sugestão de aprovação melhor, mas que aprendeu, pela prática congressual, que é uma maneira eficiente. Todos de acordo por fazer assim. O Ministro então passa para a votação em globo ressalvados os destaques. Aprovado o texto em globo do projeto. Passa-se agora para os destaques.

Rodolfo Laterza saúda todos, gostaria de fazer alguns destaques ao plano, disse que existem algumas pautas legislativas a serem incluídas, exemplo do projeto de lei da Rose de Freitas que define o fim no prazo de 3 anos de todas as carceragens em delegacias de polícia, outro exemplo uma pauta já aprovada no senado 6726/10 que define a possibilidade de localização de aparelhos celulares de vítimas, outro o PLS 138/18 que define inquérito eletrônico. Fez ressalvas sobre a página 58, objetivo 14, alínea H e sobre a necessidade de regulamentação das audiências de custódia, PL 2226/15.

Renato Sergio disse que gostaria de fazer um comentário dando razão integral a análise feita pelo Mauricio em relação ao enquadramento da proposta. Disse que se basearam no que é definido como plano no PL 9163/17 que é a proposta que o ministério do planejamento faz para pensar plano, política, programa e a ideia foi pensar num plano que desses comandos políticos e estratégicos. Trabalhar com detalhamento a partir de um trabalho de construção que viria a ser o manual de implantação dessa política. Disse que a ideia do plano é fugir do peso da burocracia que os outros planos esbarraram. Esclareceu o porquê de ser um texto tão genérico, dizendo que se fosse muito detalhado seria facilmente engavetado.

Raul Jungmann as 11:59 pede licença para atender a imprensa.

Luís Carlos Cazetta sugere a criação de um grupo que seria responsável pela minuta de manual que se encarregaria de fazer uma tentativa de composição dos destaques. Fez considerações a respeito desse grupo.

Maria Tereza Uille disse que gostaria de destacar 3 pontos, a sugestão da identificação biométrica das pessoas encarceradas constar no quadro de ações como programa específico, também de se ter um programa de propostas de aperfeiçoamento de atos normativos e na câmara de coordenação entre poderes e órgãos dos estados trazer a ENASP. Disse também que na página 75 onde trata da redução de 3,5%, precisa-se detalhar quais são efetivamente os números que vão se considerar.

Claudio Beato pergunta pra Maria Tereza se identificação biométrica também engloba reconhecimento facial e banco de DNA.

Maria Tereza Uille responde que sim e faz algumas considerações.

Tacio Muzzi reforça a questão de a biometria tratada ser além de somente a datiloscópica, disse que estão trabalhando na padronização da coleta de DNA, que estão em discussão com a SENASP.

Claudio Beato fala que acha muito importante se avançar nesse sentido

Sandra Maria dos Santos trata do banco de dados de DNA e diz que a maior dificuldade não é a padronização e sim os recursos que os estados em sua maioria não disponibilizam, aproveita a fala para colocar que isso é um grande problema para as polícias científicas de todo o Brasil. Num primeiro momento olhando o plano, a percepção é que as sugestões não estão sendo acatadas mas disse que esperará o momento adequado para sugerir.

André Vicente disse que gostaria de incluir o tema prevenção e combate à violência no campo na pauta do conselho, disse que tem uma série de sugestões de redação que foram enviadas no sistema e que não viu contemplado ali.

Luís Carlos Cazetta disse que há o P2 F que trata do campo e fez algumas considerações a respeito de que todos podem e devem participar, mas que acha que não precisa ficar em especificações alongadas.

André Vicente disse que está preocupado em se ter o registro do crime comum para que não seja confundido com conflitos agrários.

Emerson Wendt com a palavra diz que acha melhor se fazer primeiro os destaques supressivos para depois então entrar nos destaques inclusivos.

Todos decidem por apresentar ao grupo as questões supressivas e inclusivas.

Luís Carlos Cazetta diz que acha melhor já estabelecer o campo de atuação do grupo.
Emerson Wendt trata da supressão do item 1B página 42 referente a desoneração de delitos de menor potencial ofensivo, pois já está em discussão no CNJ e seria trazer para cá uma discussão em outros termos, e sugere uma discussão da forma de redação do item 14 H na folha 58, e diz que já está em lei e que isso entra mais no risco de não estar sendo efetivo.
Mauricio Teles indaga como será a postura após a apresentação das propostas. Disse que traria uma confusão se fosse deliberado no momento, e reforça a ideia de colocar as propostas para o grupo com um meio eletrônico, se possível, para que os outros conselheiros possam deliberar e votar.
Francisco Telles disse que concorda completamente com o secretário da Bahia.
Luís Carlos Cazetta diz que ele tem toda razão, que não se deve fazer disso um instrumento do que já foi anteriormente apresentado, mas acha que faz sentido uma discussão com o colegiado.
Ministro Raul Jungmann lembra da possibilidade de reuniões via vídeo conferência prevista no regimento.
Fabiano Dallazen disse que sua preocupação é na questão do sistema carcerário, em relação a adequação da capacidade dos presídios e do número de presos, e que a adequação estaria se dando por meio da diminuição de presos em que não haveria a necessidade da utilização da prisão, disse que sugeriu a questão de que não deveria ser feito só sob esse prisma, mas também trabalhar justamente com a necessidade no sentido da ampliação das vagas no sistema prisional e da reforma das vagas que já existem. Lembrou da construção de estádios em regimes de caráter especial, disse que não é a mesma coisa, mas sugeriu uma forma de suprir o déficit de vagas com alguns regimes diferenciados dentro do plano nacional. Na página 50 7G sugeriu por uma questão de fluxo, a inclusão de Defensoria Pública, MP e Poder Judiciário nos mutirões carcerários. Sugeriu uma alteração de redação na P8 D na página 70 de tornar o termo política de desencarceramento mais confortável.
Carlos Alexandre Braga disse que gostaria de fazer um destaque inclusivo na página 48, objetivo 6 e alguns itens que sucedem, que gostaria que fosse incluído o cumprimento da lei 13022/14 que trata exatamente dos temas elencados na proposta.
Rodolfo Laterza disse que concorda com Mauricio da necessidade de uma otimização, e que também concorda com Cazetta no que tange a cautela na forma de votação e deliberação do conselho, e que queria corroborar com Emerson Wendt em relação a página 58, item 14 H, que gostaria que se chegasse a essência desse dispositivo de uma forma mais eficaz, e também destacar a importância de colocar de forma inclusiva pautas legislativas de consenso. Também propôs uma regulamentação ao mandato de busca e apreensão coletiva, e reforçou o plano de habitação proposto anteriormente. Tratou de uma apuração qualificada de crimes contra profissionais da segurança pública.
Miquerlam Chaves disse que gostaria de deixar o registro de que foram enviadas muitas contribuições, até de forma a obter um rigor técnico na terminologia.
Marcus Edson trata sobre a realização de um termo de cooperação técnica com o CNMP, que inclusive consta esse pedido na ata da primeira reunião. Reitera o pedido de apoio para a formalização do termo de cooperação técnica entre CNMP, o colégio de defensores gerais e o CNJ.
Raul Jungmann gostaria de colocar em discussão a proposta que deriva da fala do Mauricio, que se fizesse essas contribuições por meio eletrônico, que se promovesse, em data a ser definida por todos, uma vídeo conferência, pois não vê como fazer outra reunião presencial este ano, e pergunta se poderia ser desta forma.
Mauricio Teles disse que no regimento encontra-se a forma de aprovação, e que lá tem a questão de decisões colegiadas em que há a previsão de serem aprovadas por maioria simples. Para que se deixe para uma próxima reunião, quais foram as medidas acatadas e quais não foram, para abrir a questão do contraditório.
Ministro Raul Jungmann pergunta se estão todos de acordo, criar uma comissão de análise das propostas, encaminhamento de propostas de emendas e destaques por meio eletrônico num prazo de 15 dias, e após esse prazo a realização de uma reunião remota já sabendo tudo que foi aceito e recusado, abrindo, na reunião, a possibilidade de recursos. Sugeriu a comissão com 5 membros, quais sejam: Maria Tereza Uille, Mauricio Teles, Rodney Miranda, Fabiano Dallazen e Miquerlam Chaves. Todos de acordo, fica aprovada a comissão.

Renato Dias fez algumas considerações a respeito de fazer as mesmas coisas do mesmo jeito, e que isso não vai ajudar a sociedade. Disse que está muito preocupado como cidadão quando vê que há uma defesa das entidades, porque se precisa melhorar os processos para que se tenha um sistema complementar.

Francisco Telles trata que o artigo 144 da CF prevê os corpos de bombeiros dentro do sistema de segurança pública, realizando além das intervenções previstas em lei a execução das atividades de defesa civil, acredita que essas atividades estão inseridas na segurança pública e nesse contexto estão buscando se inserir de forma efetiva no plano nacional de segurança pública. Disse que fizeram significativas sugestões, e pediu a possibilidade de os conselheiros observarem essa questão constitucional, e, como tal, fazer um número significativo de inserções voltando também a atividade não só para a questão da defesa social, mas também para a questão da defesa civil. Disse que os corpos de bombeiros precisam ser melhores aproveitados no contexto da segurança pública e que em alguns aspectos os corpos de bombeiros acabam sendo esquecidos nos objetivos e se coloca o foco nas polícias.

Raul Jungmann volta a falar das propostas por meio eletrônico e pergunta se podem encerrar os trabalhos.

Francisco Telles por questão de ordem pede que se defina até quando as propostas devem ser enviadas e avaliadas.

Raul Jungmann diz que o prazo fatal fica até sexta-feira para encaminhamento e a devolução dar-se-ia na semana seguinte e que se convocaria dentro do prazo razoável de 15 dias a reunião remota.

Sandra Maria dos Santos usando a palavra de Francisco reforça o que ele falou sobre o artigo 144 da CF em que os bombeiros constam como órgão de segurança, mas que no plano nacional eles não se enxergam, disse que no caso da polícia cientifica é o oposto, se enxergam no plano mas não na CF, disse que queria colocar aqui como sugestão no objetivo 13 acrescentar: “recomendar e apoiar a constitucionalização da polícia cientifica como órgão de segurança pública, inseri-lo no rol do artigo 144 da CF”, tratou que essa questão limita muito a polícia científica.

Raul Jungmann disse que considera surpreendente e extraordinário o fato de um grupo de 40 conselheiros, vindo das mais diversas instituições e órgãos da segurança pública, tenha sido capaz de numa única reunião encontrar um consenso para dar rumo a segurança pública do país, e que gostaria de elogiar o comportamento de cada um, trazendo democraticamente críticas e sugestões, disse que de fato acredita que há uma esperança e uma expectativa que é reconhecida por todos, que quer parabenizar os conselheiros e conselheiras. Em seguida, às 13:15, encerra os trabalhos.